

Veridiane Colman Guerlinguer ¹
Francieli Lunelli Santos ²

INTRODUÇÃO

A sociedade é constituída por um conjunto de pessoas que se organizam seguindo determinadas regras e conceitos, apresentam características diferentes entre si e estão inseridas nas diversas camadas sociais que a formam. As pessoas com deficiência também fazem parte desse conjunto, embora tenham sido tratadas de maneira excludente durante muito tempo, atravessando situações de abandono à própria sorte, segregação e confinamento. Atendendo ao direito à educação que deve ser oferecido a todo cidadão, a APAE surgiu como uma proposta de educação diferenciada daquela ofertada em instituições escolares regulares, com objetivo de atender às demandas educativas e de formação profissional das pessoas com deficiências.

Resumo: Este artigo traz reflexões sobre a educação especial através da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ipiranga PR, em 1989. O objetivo aqui é conhecer um pouco mais sobre a fundação da escola na cidade e verificar como foram os primeiros anos da instituição que hoje atende um grande número de alunos, desenvolvendo com eles diversas atividades. Para isso trabalhou-se com a metodologia de análise de fontes escritas, inquirindo o documento escrito como portador de um discurso de quem o produziu e resultado de um contexto sócio histórico específico. Além de documentos oficiais da instituição, fotografias foram analisadas de maneira a interpretar aquilo que não foi revelado pelas imagens e, por fim, entrevistas também foram realizadas com pais e professores. Nota-se relevância da criação da escola, mas também pondera-se sobre as dificuldades em atender às necessidades dos alunos que passaram a frequentar a instituição.

Nessa perspectiva este artigo pretende conhecer um pouco mais sobre a história das APAEs, no caso dessa pesquisa a APAE de Ipiranga, entre os anos de 1989 a 2001, procurando perceber os benefícios da escola para o município, bem como as dificuldades e obstáculos encontrados nos seus primeiros anos de funcionamento. Atualmente, segundo informações da escola, a instituição atende 103 alunos e conta com uma equipe composta por 45 pessoas que ocupam os seguintes cargos: diretor, diretor-auxiliar, pedagogo, professor, secretária, auxiliar administrativo, agente de apoio, instrutor, psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta educacional, assistente social, fisioterapeuta e neuropediatria.

Nesse estudo trabalhou-se com diferentes fontes que, de acordo com Silva et al (2010) são pistas que podem ser entendidas através de linguagens escrita, imagens paradas ou em movimento, objetos, depoimentos, edificações, etc. A crítica a essas fontes, considerando o devido embasamento teórico e metodológico, é necessária para que o historiador construa sua narrativa.

Sendo assim para este estudo foram utilizadas metodologias diferentes, tendo em vista a especificidade de cada uma das fontes selecionadas. O livro *ata da instituição*, dentro do período do recorte temporal (1989-2001) foi analisado seguindo os escritos de Cardoso e Vainfas (1997), quando observam que o texto escrito deve ser analisado considerando o contexto em que foi produzido e a ligação entre o fato descrito com quem o produziu.

As fotografias de momentos importantes da escola (inauguração, cons-

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em História pela UAB/UEPG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina de OTCC. Email: veridiane@uab.br

² Orientadora. Historiadora. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018).

trução da nova sede, festas, apresentações, etc.) como trata Kossoy (1990), são documentos visuais e que trazem um conteúdo revelador de emoções podendo, através delas, identificar vários aspectos que caracterizam seus personagens como contexto social e cultural em que se encontram.

As entrevistas com funcionários e pais de alunos assemelharam-se a uma conversa (entrevistas abertas), seguindo os critérios de Cardoso e Vainfas (1997), que citam a entrevista como um momento de interação em que o entrevistador deve estar inteirado do assunto a ser abordado deixando os entrevistados à vontade para responder, quando aquele abre o diálogo com perguntas de abordagem mais ampla sobre um determinado assunto.

De forma a compreender melhor a fundação e as funções APAE de Ipiranga, primeiramente se fez necessário caracterizar o que é deficiência utilizando-se para isso a obra de Débora Diniz (2012), como se aprofundará adiante.

O entendimento acerca de deficiência foi se modificando ao longo dos anos, passando por vários períodos, quando a pessoa com deficiência estava a cargo das famílias, depois, de hospitais e asilos, passando, por exemplo, por instituições governamentais para a educação de cegos e surdos no final do século XIX até os anos de 1950 com o surgimento das APAEs (JANUZZI, 2012).

Segundo Sassaki (2010) o atendimento oferecido pelas instituições de educação para pessoas com deficiência configurou-se por muito tempo como um sistema paralelo de ensino, passando a ser um suporte na preparação do mesmo para ingressar na escola regular.

Os conhecimentos de Mazzota (2011) foram utilizados com o objetivo de adquirir um maior conhecimento sobre políticas públicas desenvolvidas pelo governo na criação e desenvolvimento do atendimento educacional para pessoas com deficiência, e que resultam num processo de inclusão dessas pessoas nas escolas regulares, de acordo com as características pessoais e considerando suas limitações.

DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Em meio a uma história de segregação, variados tipos de deficiências foram considerados como uma desvantagem natural. Em consequência da desvantagem, formas de preconceito diversas foram

imputados à pessoa que tinha algum tipo de lesão física ou mental. Diniz (2012) confronta a ideia da deficiência como uma desvantagem biológica do ser humano argumentando que ela deve ser tratada como uma característica e não uma anormalidade, conceito que foi utilizado para explicar durante muito tempo o isolamento de pessoas com deficiência do convívio social.

Diniz (2012) trata a deficiência como uma questão social e não individual da pessoa que nasce ou adquire lesão. Sendo assim não é dever do indivíduo adaptar-se à sociedade, mas sim, dever da sociedade favorecer as possibilidades de inclusão da pessoa com deficiência, ou seja, derrubar barreiras, sejam elas físicas (como arquitetônicas) ou morais (como preconceitos) de forma a incluir a pessoa com deficiência.

As estruturas sociais acabaram muitas vezes, por inabilitar as pessoas com deficiência causando situações de marginalização e privação da liberdade, da interação social, acesso à educação e inserção no mercado de trabalho, reforçando o preconceito sobre esse grupo populacional. Perante o olhar da sociedade, ainda hoje se sobressaem os impedimentos que os diversos tipos de deficiência proporcionam ao invés da valorização das potencialidades e capacidades de tais pessoas.

Sobre a questão da exclusão da pessoa com deficiência nas diversas camadas sociais Sassaki (2010) afirma que:

A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 2010, p. 30).

No campo da educação, durante o século XIX, o Brasil inspirado por experiências norte-americanas e europeias, criou duas escolas para pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-mudos (1856), que buscavam inserir seus alunos na sociedade fornecendo-lhes ensino das letras, ciências, religião e alguns ofícios manuais.

Ao contrário do que ocorria na sociedade colonial e imperial onde predominava a economia agrária, durante a República, fortalecida durante o século XX, buscou-se adequar o modelo de produção industrial. Sendo assim Moraes (2012) traz a seguinte afirmação:

Assim buscando a economia dos cofres públicos re-corre-se a uma educação utilitarista e mecanicista, destinada ao deficiente intelectual em escolas especiais, com predominância de entidades filantrópicas sem fins lucrativos, por meio da legislação que incentiva o setor privado (MORAES, 2012, p.1).

Sobre esse tema Januzzi (2012) faz a seguinte reflexão:

Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade, ao passo que, mais tarde, a defesa da educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho (JANUZZI, 2012 p.10).

Com o processo de industrialização e urbanização, ainda na primeira metade do século XX, passar a existir, por iniciativa privada e assistencialista, novas organizações que tratavam de outras deficiências de maneira diferenciada atuando na área da saúde e educação. Os principais movimentos que surgiram para atender a deficiência intelectual nesse período foram o pestalozziano e o apaeano. (LANNA JUNIOR, 2011).

A criação do Instituto Pestalozzi é datada de 1926, na cidade de Canoas (RS). Um pedagogo suíço, chamado Johann Heinrich Pestalozzi deu origem ao projeto que foi impulsionado por uma psicóloga russa, Helena Antipoff. Ambos foram destaque no campo da assistência e formação educativa de pessoas com deficiência mental em terras brasileiras (LANNA JUNIOR, 2010).

No dia 11 de Dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista Mensagem da APAE, ano 6, nº 16, estavam os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juracy Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados, este grupo teve o apoio, estímulo e orientação do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC) organização fundada em 1950 nos Estados Unidos (MAZZOTTA, 2011, p. 49).

Visto que as questões que permeiam a vida das pessoas com alguma deficiência abrangiam todas as classes sociais e que era de extrema importância o serviço prestado pela instituição com assistência médica e educacional, logo novas escolas foram sendo criadas em diversos estados brasileiros. No Paraná, a APAE surgiu em Curitiba, no ano de 1962

e logo se expandiu para outros municípios. Sobre a criação das APAEs, Borges et al (2015) dizem que:

Na década de sessenta já havia cerca de 16 APAES e 16 Pestalozzi espalhadas pelo Brasil. O fortalecimento destas instituições se deu pela omissão do poder público em relação à educação dos deficientes, o que forçou a comunidade a se organizar para preencher o espaço deixado e, pela parceria e financiamento que foram estabelecidas com o governo, permitindo este eximir-se da sua responsabilidade (BORGES, et al 2015, p.16944).

Assim, o objetivo desse artigo foi identificar como se iniciou a história da APAE no município de Ipiranga no Paraná, e seu desenvolvimento no período de 1989 (ano da fundação) até 2001, procurando perceber quais eram os intentos de sua criação no município, bem como a que interesses atendiam, analisando mais especificadamente como a escola conseguiu se manter e atender às necessidades dos alunos, visto que era um sistema de educação novo para os pais, professores e alunos.

Com a análise das fontes identificou-se que a APAE de Ipiranga foi fundada no dia 28 de março 1989, durante uma reunião na Câmara Municipal da cidade. Depois dessa reunião foram feitas avaliações com algumas pessoas com deficiência da comunidade pertencentes à zona urbana e rural, iniciando a partir daí as atividades da escola no município.

Com o passar dos anos, a escola foi aumentando o número de alunos e precisou ampliar o atendimento. Esses primeiros anos, como se demonstrará a seguir, não foram fáceis, enquanto período de adaptação de todos ao sistema da escola, até então desconhecido.

A FUNDAÇÃO DA APAE DE IPIRANGA (PR)

O primeiro registro do livro ata da escola relata que “pessoas interessadas na causa dos excepcionais” reuniram-se na Câmara Municipal de Ipiranga no dia 28 de março de 1989 com a finalidade de fundar a APAE do município. O termo “excepcional” foi introduzido por Helena Antipoff no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas durante muito tempo para designar as crianças com deficiência intelectual. Para ela, a origem da deficiência vinculava-se à condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica. (LANNA JR, 2010, p.26).

Dentre as pessoas que se reuniram encontra-

vam-se vereadores, professores, pais, médicos, comerciantes, entre outros cidadãos, que acabaram fazendo parte da diretoria, conselho deliberativo e conselho fiscal. A primeira diretoria da APAE contava com seis membros sendo três deles vereadores da cidade, dois pais de alunos e uma diretora de escola.

A fundação da escola foi amplamente discutida na reunião com exposição da situação em que se encontravam as crianças com deficiência no município. Tal avaliação foi feita por Iria Costa, naquela época, vereadora e inspetora de educação do estado, que visitava as escolas constatando assim que existiam muitas crianças com deficiência (inclusive no interior) e que não tinham nenhum tipo de assistência.

Utilizando-se de estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) expos aos presentes qual era a porcentagem de pessoas com deficiência a nível mundial naquele período, enfatizando que no município havia muitos casos de deficiência visual, mental e auditiva. Algumas crianças (o registro relata somente crianças, não menciona adultos) já recebiam atendimento através de classes especiais autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

De acordo com a professora Elzi Carneiro que trabalhou com alunos com problemas visuais, as classes especiais funcionavam dentro das escolas com um número bem pequeno de alunos (7 a 10) que possuíam problemas auditivos, visuais e mentais. Segundo ela, para a classe de alunos com problemas visuais não havia uma sala de aula específica então tinha que trabalhar com eles aonde dava.

Nessas classes era feito um atendimento individual para que o aluno conseguisse acompanhar os conteúdos junto com os demais colegas que não tinham nenhum tipo de problema de visão, uma espécie de reforço. Elzi ainda relata que esses alunos eram encaminhados ao oftalmologista para tratamento, que nunca teve um aluno completamente cego e que era preciso sair atrás de alunos para frequentar essas classes, pois os pais não procuravam assistência nesse sentido.

O envolvimento de vereadores com a causa da deficiência na cidade trouxe notoriedade ao tema, atingindo diversas camadas da sociedade e, segundo Iria Costa, deu força ao projeto de criação da escola. Ao apoiar a fundação da APAE tais representantes legislativos da população estariam intencionalmente

ou não vinculando sua imagem à escola e aos possíveis benefícios políticos que ela traria ao município.

Segundo Neiva Izabel Vieira, vereadora na época (1989-1992), o interesse dos parlamentares municipais era ajudar a população da cidade, pois havia muitas crianças com deficiências e sem nenhum tipo de atendimento. Segundo Vieira, as classes especiais que existiam atendiam a crianças com comprometimentos mais leves (especificadamente de visão, audição e mental) e a criação da APAE era um sonho antigo³.

Após a fundação criou-se o Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga-PR, para ser seguido pelos membros da escola. Seu artigo primeiro do capítulo I indica que:

Art. 1º: Sob a denominação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipiranga – APAE- foi fundada em 28 de março de 1989 uma sociedade civil e de caráter assistencial, sem intuios lucrativos e com duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Ipiranga, Estado do Paraná (LIVRO ATA DA ESCOLA, 1989, p.3).

O INÍCIO DAS ATIVIDADES

Para dar início às atividades da escola foi realizada uma reunião nas dependências da Secretaria de Educação Municipal. Participaram mães de crianças com deficiência que estariam realmente interessadas em que seus filhos frequentassem a APAE. Para fazer a avaliação dessas crianças foi contratada uma psicóloga de Ponta Grossa (paga com doações em dinheiro feitas por vereadores e uma loja do comércio) (LIVRO ATA, 1989, p.12).

No dia agendado foram avaliados 7 futuros alunos da instituição. A APAE de Ipiranga chamou-se Escola Especial Pequeno Príncipe e passou a funcionar com doações de diversas pessoas da comunidade, do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) que contribuiu para a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, do Conselho Feminino de Senhoras que doou um valor para uso com outras despesas da escola e de Eli D. Carvalho, professora e membro do Conselho Feminino do município que cedeu o local para início das atividades (LIVRO ATA, 1990, p.14)

A escola iniciou suas atividades no dia 8 de novembro de 1990, conforme o livro ata e a notícia do jornal O Reservense (Dez/1990) desse mesmo

3 Não existem registros na Câmara Municipal sobre o apoio que os vereadores deram à fundação da APAE no município. Segundo o secretário do local o livro ata que registrou essa reunião foi queimado juntamente com outros documentos de anos anteriores a 1990.

ano. Dentre os sete primeiros alunos encontram-se: Ivonete Cominezi, Calebe Dalalibera, Josmar Reina e João B. Garcia. Três deles apresentam idade torno entre 12 a 14 anos e o menor apresenta ter em torno de 7 anos.

Foram poucos os alunos que puderam frequentar a escola no início devido à falta de condições para atender um número maior. Segundo Iria Costa, os pais tinham grande expectativa em conseguir através da APAE envolver seus filhos na comunidade, possibilitando a eles entrar em contato com outras crianças com deficiência.

Marly de Fátima da Silva Reina, mãe de um dos primeiros alunos que frequenta a APAE desde a sua fundação, relata que, no início o filho, que ficou com sequelas depois de uma meningite, não frequentava a instituição todos os dias e que o atendimento oferecido era educacional. Marly contou que a professora que atendia seu filho tentou fazer com que ele desenvolvesse a escrita e a leitura.

Para ela, a criação da escola foi muito importante, pois não podia deixar o filho sozinho em casa e com a fundação da APAE ele ficava as cuidados da instituição durante meio período. Conta ainda que recebe até a atualidade atendimento médico através da APAE e também que seu filho sempre gostou de frequentar a escola.

Pode-se perceber como o comportamento dos pais foi mudando ao longo da história em relação aos filhos com deficiência. Abriram-se a novas possibilidades de interação dos mesmos com a comunidade. Lunardi et al. (2011) trazem uma reflexão da reação das mães diante do nascimento ou eventos que envolvam o aparecimento de deficiência em um filho:

A literatura refere que as mães expressam reações de sofrimento, tristeza, choque, ressignificação e de negação frente à chegada de uma criança com deficiência na família, podendo se sentir as únicas responsáveis em cuidar do filho (LUNARDI et al., 2011, p.1).

O trabalho desenvolvido pela APAE surgiu também como uma oportunidade para os pais de deixarem os filhos durante um período aos cuidados da instituição dividindo com a escola a atenção, ensino e atendimento que a pessoa com deficiência necessita.

A partir de 1991, ainda no início das atividades a escola enfrentou problemas de falta de professores para trabalhar de maneira individual com alguns de seus alunos. O número de educandos aumentou e a APAE também passou a atender crianças de uma

faixa etária menor. Esse foi um dos grandes desafios enfrentados, pois na cidade não haviam muitos profissionais capacitados a trabalhar com pessoas com deficiência sendo necessário investir em capacitação e contratação de pessoas de outras cidades.

Aparecida de Lurdes Cavician, psicóloga da APAE desde 1992, relatou que, nesses anos iniciais, a escola preocupou-se em informar a população sobre a importância do atendimento às pessoas com deficiência fazendo um trabalho de divulgação dessas informações na rádio da cidade e também fazendo visitas às creches e às comunidades do interior verificando se haviam crianças que necessitavam de atendimento na APAE.

A primeira presidente da escola, Iria Costa, também foi sua primeira professora. Ela indicou que para poder fundar a APAE precisou fazer um Curso de Especialização (Pós-graduação) em Deficiência Mental na cidade de Guarapuava (PR). Trabalhava com sete alunos em uma única sala e mesmo diante de muitas dificuldades tentava fazer o melhor possível. O lanche para os alunos era oferecido pela diretora de uma escola municipal vizinha da primeira sede da APAE.

É importante salientar que diante dos fundamentos de uma educação de qualidade para todos é necessária a preparação de profissionais e educadores (formação inicial e continuada) para atender às necessidades educacionais das pessoas com ou sem deficiência. Nas escolas especiais é fundamental que o educador seja capacitado para atender às mais variadas necessidades dos alunos. Sobre isso o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) diz:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LEI n. 9.394/96).

Em relação à formação dos educadores o novo Estatuto proposto pela Federação Nacional da APAEs, que deveria ser seguido a partir de 1991 traz entre seus artigos:

Art. 2º - A APAE tem por finalidades próprias: Desenvolver a cultura especializada e o treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo da educação para o excepcional (LIVRO ATA DA ESCOLA, 2001, p.17).

Havendo necessidade de aumentar a escola, a prefeitura encaminhou um decreto solicitando a doação de um terreno próximo ao Estádio Municipal, sendo aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. Essa nova escola, segundo demonstra o livro *ata*, seria construída com madeiras de uma escola velha do município em um mutirão de pais (LIVRO ATA, 1991, p. 28).

Aqui se pode perceber que a questão da deficiência muitas vezes ocupou o segundo plano na sociedade, que caracterizava as pessoas com deficiência como seres improdutivos. “Portanto, permanecendo ainda no imaginário coletivo que esses indivíduos necessitam, não de educação de qualidade, e sim de “assistência de caridade”.” (COSTA JR.; COSTA, 2014, p.8). Talvez este fragmento justifique o “incentivo” dado à construção da escola com madeiras velhas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61 faz referência à educação das pessoas com deficiência, “[...] reafirmando o direito dos excepcionais à educação, indica em seu art. 88 que, para inteirá-lo na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação” (MAZZOTTA, 2005, p. 68).

O termo “dentro do possível” nos faz perceber que as políticas educacionais para pessoas com deficiência estão caracterizadas por ações limitadas e minimizadas, tirando do Estado a responsabilidade em assumir uma educação de qualidade.

Com telhas, madeiras e janelas usadas é que esse material foi destinado para a construção do primeiro barracão da APAE para atividades de oficina pedagógica (profissionalizante) visto que, diante de um projeto feito por Iria Costa, o deputado Flávio Arns repassou uma verba com um valor significativo para a construção da nova sede da escola que inaugurou no dia 26 de agosto de 1995, como noticiou o jornal Diário da Manhã.

Naquela ocasião, a escola já contava com dez professoras, uma fonoaudióloga e uma psicóloga. O espaço físico era composto por quatro salas de aula, uma oficina pedagógica e uma sala para fisioterapia.

Com o aumento do número de alunos ao longo dos anos (a escola não disponibilizou dados quantitativos) houve a necessidade de contratar novas professoras e uma psicóloga para atender a demanda ampliada. Para ajudar a custear as despesas a APAE implantou um sistema de contribuição mensal voluntária feita por pessoas da comunidade através de carnês e com valor mínimo estipulado.

A APAE também promovia jantares beneficentes, bazares e pedia doações às instituições bancárias da cidade, inclusive recebendo a doação de um veículo Kombi através do extinto Banco Banestado em conjunto com o Provopar do município.

Entende-se que, naquele contexto histórico, a deficiência foi alvo de caridade e assistência e essas ações eram praticadas principalmente por mulheres da elite econômica da região, durante boa parte do século XX.

Percebe-se nos registros do *livro ata* da escola que muitas mulheres da sociedade ipiranguense dedicaram-se a ajudar a APAE de diversas formas. Elas ocuparam cargos de diretoria desde a fundação, colaboravam com doações e estavam sempre presentes em eventos da escola. (LIVRO ATA DA ESCOLA P. 01 ,43, 58, etc.).

Sobre as ações assistenciais praticadas por mulheres, SOUZA (2009) fala que:

O assistencialismo possibilitava às mulheres uma projeção social para além das idas à Igreja, magazines e chás. Ainda mais, a prática da filantropia feminina não era apenas aceita com tranquilidade, como também era estimulada pela Igreja e patrocinada por pais e maridos (SOUZA, 2009, p.2).

Como mostra a análise das fontes, a escola criou uma banda musical que fazia apresentações em diversos locais da cidade, principalmente estabelecimentos comerciais, e também fora dela, levando para essas apresentações produtos fabricados pelos alunos na oficina de trabalhos manuais da escola. Como afirma Hack Neto e Balcanelli (2009).

[...] a bandeira da integração foi responsável também pelo surgimento e proliferação de oficinas protegidas, em que as pessoas com necessidades especiais, realizavam atividades laborais permanecendo no próprio espaço das escolas especiais.(HACK NETO; BALÇANELLI, 2009,p.4).

Ao realizar apresentações fora do ambiente escolar, a escola conseguia chamar atenção das pessoas para o trabalho desenvolvido com os alunos dentro da instituição despertando o interesse das mesmas em ajudar a escola comprando os produtos feitos pelos próprios alunos.

Vários problemas são descritos no *livro ata* da escola nesses primeiros anos, dentre eles podemos citar a falta de aptidão dos profissionais de diferentes setores da escola com os alunos. Como já relatado neste artigo, antes da APAE iniciar suas atividades na cidade crianças com problemas visuais, auditivos e mentais eram atendidos em pequeno número nas

classes especiais, existindo assim poucas pessoas com capacitação nesse tipo de trabalho o que acabava causando esse transtorno.

A dificuldade de deslocamento e transporte dos alunos da zona urbana e rural quando a condução da escola para essa finalidade quebrava ou quando faltava combustível também é citada durante as atas bem como a dificuldade pra se conseguir dinheiro para o concerto das mesmas. (LIVRO ATA, 1989 P. 69).

Outro fato importante mencionado nos registros é falta de comprometimento das pessoas que ocupavam cargos na diretoria, que embora fossem de caráter voluntário, sem gratificação, deveriam ser exercidos com responsabilidade para não prejudicar a escola. (LIVRO ATA, 1989, P. 80).

Com o passar dos anos cresceu o número de funcionários e alunos da escola aumentando assim também as despesas o que preocupava a diretoria, pois a entrada de dinheiro não era suficiente para o pagamento de fornecedores e dos salários. O registro do livro ata de 20 de fevereiro de 2001 relata novamente o descaso do governo com a educação especial ao registrar que o convênio da prefeitura com a Apae estava prestes a ser extinto causando assim a dispensa da fisioterapeuta, da secretaria e de serventes (LIVRO ATA, 1989, p.86).

Mesmo em meio às dificuldades a escola preocupou-se com a qualidade do ensino oferecido procurando trabalhar vários projetos que possibilitavam desenvolver nos alunos habilidades motoras e cognitivas como, por exemplo, “Cantinho das Artes”, “A informática na sala de aula” e “Viver é aprender” (LIVRO ATA, 1989, p.66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender o processo de fundação da APAE no município de Ipiranga no Paraná, no ano de 1989, bem como o desenvolvimento desse sistema educacional para pessoas com deficiência na cidade, levando em consideração as dificuldades encontradas e os benefícios trazidos pela escola, durante o recorte temporal selecionado.

A escola iniciou suas atividades através do esforço e persistência das pessoas envolvidas e interessadas na causa da deficiência no município. É possível perceber que o governo responsável pela educação no país havia demonstrado interesse pela causa da deficiência. E na cidade de Ipiranga isso se verificou ao se disponibilizar atendimento nas classes especiais, apenas para crianças com problemas leves de deficiência deixando crianças e adultos com deficiências mais severas sem um atendimento especializado.

É notório que a bandeira levantada pelos vereadores da cidade em prol das crianças com deficiência proporcionou agilidade na fundação da APAE e querendo ou não promoveu as figuras políticas envolvidas nesse projeto citadas diversas vezes nas atas das reuniões.

A atitude da população com contribuições diversas (dinheiro, materiais pedagógicos, etc. e até mesmo a compra de produtos fabricados pelos alunos) demonstra que a população procura de alguma maneira suprir as deficiências do poder público que não prioriza uma educação de qualidade no país e que de acordo com Moraes (2012) chegou a pensar na extinção das escolas de educação especial sob uma proposta de inclusão de todos os alunos com deficiência nas redes públicas e em salas comuns de ensino.

O trabalho da APAE proporcionou aos alunos e seus pais uma maior participação nas atividades sociais desenvolvidas no município, atendimento médico, educacional e assistencial visto que antes as pessoas com deficiência estavam confinadas em suas casas com pouca ou nenhuma interação com a sociedade.

REFERÊNCIAS:

BORGES, Gabriela S. B., et al. O Papel Da Escola Especial nos vários contextos da educação especial: da segregação a inclusão. In: EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21599_10121.pdf> Acesso em: 08/03/18.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Ed. do Brasil, 1996.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA JR. Gil da; COSTA, A. de M. C. E. "A educação para pessoas com deficiência no Brasil: histórico e conceitos". In: Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo. Fevereiro, 2014. Disponível em: <http://atlante.eumed.net/educacao-pessoas-deficiencia/> Acesso em: 01/04/2018.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012.

JANUZZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2012.

LANNA JUNIOR, Mario C. M.(Comp.). História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoções dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010.

LUNARDI, Bruna.; et al. Vivencias, sentimentos e experiências de mães frente a deficiência de seus filhos. In: X CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/252.pdf>> Acesso 15/03/18.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Valdete A. V. de. Gestão da Educação Especial do Paraná: Manutenção das escolas especiais. In: IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anped sul/9anped sul/paper/viewFile/2489/681>> Acesso em 10/02/18.

NETO, Eduardo H.; BALÇANELLI, Juliana. A inclusão dos PNEs – um estudo dos atores envolvidos da APAE e o mercado turístico – Joinville – SC. In: ANPTUR - VI seminário da associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/166.pdf>> Acesso em 18/01/2018.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão/Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Edson A., et al. Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II. Ponta Grossa: UEPG/UTEAD, 2011.

SOUZA, Sidnara A. S. As mães protetoras – Mulheres da elite e suas práticas sociais em Cachoeira. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1011.pdf>> Acesso em 05/04/2018.

TERRATACA, Eliane. Os mistérios da fotografia – Boris Kossoy. Disponível em: <<http://www.fosgrafe.com/sobre-fotografos/entrevistas/os-misterios-da-fotografia-boris-kossoy/>> Acesso em: 01/11/2017.